

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 5.

Falso estudante de psicologia é preso em flagrante durante “estágio” em escola do AP

1 Um jovem de 25 anos de idade estava se passando por estagiário de psicologia e observava alunos em salas de aula da Escola Estadual Rivanda Nazaré da Silva Guimarães, segundo a Polícia Militar (PM). Ele foi preso em flagrante na escola que fica no bairro Novo Horizonte, na Zona Norte de Macapá.

7 De acordo com o Policiamento Escolar do 2.º Batalhão da PM, ele atuava na escola desde março e a própria instituição identificou que documentos apresentados por ele para o estágio eram falsos. Era a segunda instituição que ele já havia conseguido o estágio, segundo a PM. Em 2016, ele conseguiu atuar da mesma forma na Escola Estadual Professora Raimunda dos Passos Santos.

13 “Ele se passou por estagiário de psicologia para fazer atendimento. Chegamos na escola e ele estava fazendo a observação na sala de aula, com crianças e a professora. Ele confirmou que era estudante, mas como já havíamos comprovado que era falso, ele acabou afirmando, confessando que era falso. Nós temos informes de que ele assediou, mas nada comprovado até agora”, disse o tenente Silvio Santos.

22 A polícia suspeita de que ele se passava por estudante para observar os alunos e assediá-los. Não houve comprovação desse tipo de crime contra crianças e adolescentes em nenhuma das duas escolas.

28 Na escola Rivanda Nazaré, ele atuava com alunos de idades entre dez e catorze anos, do ensino fundamental. De acordo com a diretora Karla Duarte, sempre houve desconfiança do falso estudante.

31 “As assinaturas não estavam claras, havia erros e vimos que tinha algo estranho com os documentos. Fomos até a faculdade e confirmamos que ele nunca estudou lá, nem está matriculado. Ele observava as crianças na sala de aula e insistia em fazer atendimentos em lugares reservados. Ele chegou a fazer um atendimento por conta própria, mas a coordenação não permitiu mais isso. Ele era calmo e discreto e entrava em contradição sobre a vida dele. Estamos bastante assustados”, descreveu a diretora.

40 De acordo com a escola, em alguns dias, ele acompanhava uma aluna para casa e a levava para a escola. A estudante teria dito que o jovem é amigo da mãe dela, mas a escola não conseguiu falar com a responsável pela menina. Dentro da escola, não houve nenhum relato de assédio, afirmou Karla.

Internet: <g1.globo.com> (com adaptações).

QUESTÃO 1

Com relação à expressão “a própria instituição” (linhas 8 e 9), assinale a alternativa correta.

- (A) Ajuda a evitar a repetição vocabular, substituindo “escola”.
- (B) Prejudica a coesão textual ao criar uma obscuridade.
- (C) Auxilia na coesão ao predizer uma palavra que ainda não tinha aparecido no texto.
- (D) Causa quebra de paralelismo.
- (E) Leva a problemas sérios de coerência, já que não é possível compreender a que se refere.

QUESTÃO 2

Acerca do trecho “Era a segunda instituição que ele já havia conseguido o estágio” (linhas 10 e 11), assinale a alternativa correta.

- (A) Apesar de estar sintaticamente correto, o trecho leva a graves incoerências.
- (B) Falta, para estar de acordo com a gramática normativa, a preposição “em” após “instituição”.
- (C) Falta, para estar de acordo com a gramática normativa, a preposição “de” após “instituição”.
- (D) Falta, para estar de acordo com a gramática normativa, a preposição “a” após “instituição”.
- (E) Seria necessário substituir “que” por **da qual**.

QUESTÃO 3

A respeito da expressão “Chegamos na escola” (linha 15), é correto afirmar que é

- (A) exemplo de arcaísmo.
- (B) representativa da linguagem formal, devido à maneira como se constrói a concordância nominal.
- (C) representativa da linguagem coloquial, devido ao uso da primeira pessoa do plural.
- (D) representativa da linguagem formal, já que se usou a forma verbal “Chegamos”.
- (E) representativa da linguagem coloquial, devido à questão da regência da forma verbal “Chegamos”.

QUESTÃO 4

A forma “los”, em “assediá-los” (linha 23), retoma

- (A) estudante.
- (B) polícia.
- (C) alunos.
- (D) adolescentes.
- (E) escolas.

QUESTÃO 5

A palavra “responsável” (linha 42) é acentuada de acordo com a mesma regra que justifica a acentuação de

- (A) abará e ônibus.
- (B) júri e relógio.
- (C) órgão e último.
- (D) látex e repórter.
- (E) lá e café.

Texto para as questões de 6 a 10.



Internet: <sites.google.com>.

QUESTÃO 6

Um vocativo é um termo sintático caracterizado por se tratar de um chamamento, sempre isolado por vírgulas no trecho de que faz parte. Assim, existem, nos balões dos quadrinhos, exatamente

- (A) dois vocativos.
- (B) três vocativos.
- (C) quatro vocativos.
- (D) cinco vocativos.
- (E) seis vocativos.

QUESTÃO 7

Em “Temo que ele tenha morrido”, há

- (A) uma oração principal e uma subordinada substantiva.
- (B) apenas uma oração.
- (C) duas orações, coordenadas entre si.
- (D) três orações, que formam um período misto.
- (E) apenas uma frase nominal.

QUESTÃO 8

Em “Mas ele não tinha muitas chances”, as palavras classificam-se, morfológicamente, na ordem em que aparecem, como

- (A) preposição, pronome, advérbio, ação, nome e adjetivo.
- (B) conjunção, pronome, advérbio, verbo, pronome e substantivo.
- (C) interjeição, pronome, nome, verbo, artigo e adjetivo.
- (D) conector, nome, adjetivo, verbo, pronome e nome.
- (E) conjunção, substantivo, advérbio, verbo, advérbio e adjetivo.

QUESTÃO 9

No terceiro quadrinho, em “ele morreu aquecido e seguro”, as palavras “aquecido” e “seguro”, juntamente com a forma verbal “morreu”,

- (A) causam ambiguidade.
- (B) geram obscuridade.
- (C) constituem um predicado verbal.
- (D) constituem um predicado nominal.
- (E) constituem um predicado verbo-nominal.

QUESTÃO 10

Julgue os seguintes itens, relativos aos quadrinhos.

- I Linguagem verbal e linguagem não verbal cooperam para a construção dos sentidos.
- II A linguagem é técnica, típica da psicanálise, não compreendida por leigos.
- III Há clareza na linguagem.
- IV Só se compreende exatamente quem era o quatizinho na última fala.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I e II estão certos.
- (B) Apenas os itens I e III estão certos.
- (C) Apenas os itens I e IV estão certos.
- (D) Apenas os itens II e III estão certos.
- (E) Apenas os itens III e IV estão certos.

QUESTÃO 11

Nos termos da Constituição Federal de 1988 (CF), a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento o(a)

- (A) cidadania.
- (B) repúdio ao terrorismo.
- (C) defesa da paz.
- (D) autodeterminação dos povos.
- (E) erradicação da pobreza.

QUESTÃO 12

Com relação aos direitos e às garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

- (A) Todos podem reunir-se pacificamente em locais abertos ao público, desde que autorizados previamente pela autoridade competente.
- (B) A CF proíbe a prestação de assistência religiosa em entidades militares de internação coletiva, pois considera o Estado brasileiro como laico.
- (C) O texto constitucional assegura o direito de petição aos Poderes Públicos, com isenção do pagamento de taxa aos que comprovarem insuficiência de recursos.
- (D) Nos termos da CF, não haverá pena de morte nem de caráter perpétuo, salvo em situações de guerra declarada.
- (E) Segundo o texto constitucional, o racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

QUESTÃO 13

A respeito de *habeas corpus* e de mandado de segurança, julgue os itens subsequentes.

- I É possível impetrar *habeas corpus* quando alguém se achar ameaçado de sofrer violência em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- II O partido político com representação no Congresso Nacional pode impetrar mandado de segurança coletivo.
- III O mandado de segurança garante acesso a informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais.
- IV São gratuitas as ações de mandado de segurança.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I e II estão certos.
- (B) Apenas os itens II e III estão certos.
- (C) Apenas os itens II e IV estão certos.
- (D) Apenas os itens I, II e III estão certos.
- (E) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

QUESTÃO 14

Acerca dos direitos políticos, assinale a alternativa correta.

- (A) Podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e os conscritos, mesmo durante período de serviço militar obrigatório.
- (B) Para concorrerem a outros cargos, os prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- (C) Com provas de corrupção e fraude, pode-se impugnar o mandato eletivo ante a Justiça Eleitoral no prazo de 120 dias, contados da diplomação.
- (D) A CF autoriza cassação dos direitos políticos somente em hipóteses de condenação criminal e improbidade administrativa.
- (E) Eventual cancelamento da naturalização, ainda que por sentença transitada em julgado, não autoriza perda ou suspensão dos direitos políticos.

QUESTÃO 15

No que se refere aos direitos sociais, julgue os itens que se seguem.

- I A moradia e o lazer são direitos sociais expressamente previstos na CF.
- II A CF assegura à categoria dos trabalhadores domésticos o direito ao décimo terceiro salário, com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- III Nos termos da CF, é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- IV O transporte e a assistência aos necessitados são direitos sociais, mas não estão expressamente previstos na CF.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I e II estão certos.
- (B) Apenas os itens II e III estão certos.
- (C) Apenas os itens I, II e III estão certos.
- (D) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- (E) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

QUESTÃO 16

Nos termos da CF, são privativos de brasileiro nato os cargos de

- (A) deputado federal.
- (B) senador.
- (C) procurador-geral da República.
- (D) juiz de direito.
- (E) carreira diplomática.

QUESTÃO 17

Com relação à nacionalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) Com exceção dos casos previstos na CF, a lei não pode estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
- (B) O estrangeiro residente no Brasil há mais de quinze anos, sem condenação penal, adquire automaticamente a nacionalidade brasileira.
- (C) O brasileiro naturalizado será extraditado somente na hipótese de crime político ou de responsabilidade praticado antes da naturalização.
- (D) Embora não conste expressamente da CF, considera-se a língua portuguesa como idioma oficial da República Federativa do Brasil.
- (E) Aos portugueses com residência fixa no País e sem condenação penal serão atribuídos direitos inerentes ao brasileiro nato.

QUESTÃO 18

Maria, brasileira nata, mudou-se para a França em razão do trabalho. Alguns anos depois, casou-se com Pierre (francês), com quem teve o filho Pedro (nascido em solo francês).

Considerando esse caso hipotético e as regras constitucionais sobre nacionalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) Não há previsão constitucional para que Pedro alcance *status* de brasileiro nato.
- (B) Pedro será brasileiro naturalizado se for imediatamente registrado em repartição brasileira competente.
- (C) Mesmo que Maria estivesse a serviço do Brasil, Pedro não seria brasileiro nato, uma vez que nasceu em território francês.
- (D) Mesmo nascendo em território estrangeiro e sendo filho de pai francês, Pedro será brasileiro nato caso Maria esteja a serviço do Brasil.
- (E) Pedro será brasileiro naturalizado caso se mude para o Brasil e escolha, depois de atingida a maioridade, a nacionalidade brasileira.

QUESTÃO 19

Acerca dos servidores públicos, julgue os itens que se seguem.

- I O membro de Poder será remunerado exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, com acréscimo de gratificação e verbas de representação.
- II A CF assegura aos servidores ocupantes de cargo público o direito à participação em lucros e resultados.
- III Os cargos públicos são acessíveis somente aos brasileiros que preencham requisitos legalmente estabelecidos, sendo vedada, em qualquer hipótese, a contratação de estrangeiros.
- IV A CF assegura ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 0.
- (B) 1.
- (C) 2.
- (D) 3.
- (E) 4.

QUESTÃO 20

Quanto às disposições gerais da CF sobre a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O texto constitucional admite contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.
- (B) As entidades da Administração Pública indireta não precisam observar o princípio da impessoalidade.
- (C) Os vencimentos dos cargos do Legislativo e do Judiciário podem ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, em razão do princípio da separação dos Poderes.
- (D) Os atos de improbidade administrativa demandam indisponibilidade de bens e ressarcimento ao erário, mas não provocam perda da função pública.
- (E) O prazo de validade do concurso público será de três anos, prorrogável uma vez por igual período.

QUESTÃO 21

A respeito dos conceitos de ética e moral, assinale a alternativa correta.

- (A) Enquanto a ética trata do conjunto de regras de uma sociedade, a moral se volta a seu estudo teórico, tendo sido alçada a princípio constitucional.
- (B) A moral pode ser definida como sistema de regras próprio de diferentes grupos sociais, que abrange normas e valores aceitos e praticados como certos e errados.
- (C) A palavra “moral” deriva do latim *virtus*, que significa qualidade própria da natureza humana.
- (D) Os vocábulos “moral” e “ética” são considerados como sinônimos, embora apresentem origens históricas absolutamente distintas.
- (E) Os vocábulos “moral” e “ética” têm origem histórica semelhante e são considerados como sinônimos.

QUESTÃO 22

De acordo com o Decreto n.º 1.171/1994, assinale a alternativa **incorreta** acerca das vedações e dos deveres fundamentais pertinentes aos servidores públicos.

- (A) É defeso deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos a seu alcance ou de seu conhecimento para atendimento de seu mister.
- (B) É dever fundamental jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão de bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
- (C) É dever fundamental zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva.
- (D) É defeso resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.
- (E) É vedado retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.

QUESTÃO 23

Historicamente, constatam-se diferentes concepções de ética. Uma delas preconiza que boas condutas são condutas úteis, isto é, que contribuem para o bem-estar (felicidade) do maior número de pessoas. Tal abordagem é denominada de

- (A) existencialismo.
- (B) relativismo.
- (C) naturalismo.
- (D) utilitarismo.
- (E) contratualismo.

QUESTÃO 24

Com relação às Comissões de Ética, previstas no Decreto n.º 1.171/1994, julgue os itens seguintes.

- I Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta, autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo Poder Público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, que deverá ser integrada de dois servidores públicos e respectivos suplentes, podendo instaurar, de ofício, processo sobre ato ou conduta que considerar de infringência a princípio ou norma ético-profissional.
- II As penas aplicáveis ao servidor público pela Comissão de Ética são de advertência e de censura, ambas públicas, cuja fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.
- III Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor em que prevaleça o interesse do Estado.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o item I está certo.
- (B) Apenas o item II está certo.
- (C) Apenas o item III está certo.
- (D) Apenas os itens I e III estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 25

Com relação à ética no Setor Público, julgue os itens que se seguem.

- I O Brasil não admite a utilização de princípios éticos como instrumentos de interpretação da CF e das leis, pois se apresenta como Estado Democrático de Direito.
- II Quando o servidor público, no exercício do cargo, decide entre o honesto e o desonesto, vincula sua decisão à ética.
- III A previsão constitucional do princípio da moralidade não abrange os padrões éticos de probidade e decoro.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Nenhum item está certo.
- (B) Apenas o item I está certo.
- (C) Apenas o item II está certo.
- (D) Apenas os itens I e II estão certos.
- (E) Apenas os itens II e III estão certos.

QUESTÃO 26

Considerando as regras deontológicas estabelecidas pelo Decreto n.º 1.171/1994, julgue os itens a seguir.

- I Salvo somente em casos de segurança nacional, a serem preservados em processo previamente declarado como sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.
- II Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, a não ser que seja contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.
- III A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra à vida particular de cada servidor público. Assim, fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada poderão crescer ou diminuir seu bom conceito na vida funcional.
- IV Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral. Da mesma forma, causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado, mas a todos os homens de boa vontade que dedicaram sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e seus esforços para construí-los.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 0.
- (B) 1.
- (C) 2.
- (D) 3.
- (E) 4.

QUESTÃO 27

Segundo a Lei n.º 12.527/2011, a informação em poder dos órgãos e das entidades públicas, observado seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme tal classificação, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes: ultrassecreta: 25 anos; secreta: quinze anos; e reservada: cinco anos. A respeito desse assunto, julgue os itens subsequentes.

- I As informações que puderem colocar em risco a segurança do presidente e do vice-presidente da República e respectivos cônjuges e filhos serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.
- II Alternativamente aos prazos previstos nesta Lei, poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.
- III Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.
- IV Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados: a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado; e o prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I e II estão certos.
- (B) Apenas os itens I e III estão certos.
- (C) Apenas os itens II e III estão certos.
- (D) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 28

Tendo em vista a Lei n.º 12.527/2011, que regula o acesso às informações, julgue os próximos itens.

- I Para os efeitos dessa Lei, considera-se como autenticidade a qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, ao trânsito e ao destino.
- II Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público, observadas as normas e os procedimentos específicos aplicáveis, assegurar, entre outros, a proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.
- III O acesso à informação de que trata essa Lei compreende, entre outros, os direitos de obter informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Nenhum item está certo.
- (B) Apenas o item I está certo.
- (C) Apenas o item II está certo.
- (D) Apenas o item III está certo.
- (E) Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 29

De acordo com a Resolução CFP n.º 3/2007 (Consolidação das resoluções do CFP), o exercício da profissão fora da área de jurisdição do Conselho Regional de Psicologia (CRP) em que o profissional tem inscrição principal também o obriga à inscrição secundária no Conselho competente. Acerca desse tema, julgue os itens que se seguem.

- I As atividades que se desenvolvam em tempo superior a sessenta dias por ano, em cada região, serão consideradas como de natureza administrativa e, por conseguinte, sujeitarão o psicólogo à inscrição secundária.
- II Considera-se como inscrição secundária o comunicado formal do psicólogo ao CRP da jurisdição onde o trabalho será realizado, recebendo este um certificado, padronizado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), de autorização do Conselho.
- III Deverá se inscrever no CRP o portador de diploma de psicólogo que exerça atividades privativas dessa profissão, independentemente de seu enquadramento funcional na organização.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Nenhum item está certo.
- (B) Apenas o item I está certo.
- (C) Apenas o item II está certo.
- (D) Apenas o item III está certo.
- (E) Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 30

Os Conselhos Regionais de Psicologia representarão, por iniciativa própria, às autoridades policiais ou judiciárias a ocorrência do exercício ilegal da profissão, apontando, sempre que possível, o nome do indiciado ou presumível infrator. A prática ilegal da profissão, quando por servidor público ou empregado no exercício direto ou indireto de suas funções, será representada ao seu superior hierárquico para as providências administrativas e judiciais cabíveis. Com relação às diretrizes de orientação e fiscalização profissional presentes na Resolução CFP n.º 3/2007, julgue os itens a seguir.

- I As providências do CRP poderão ser adotadas na mesma sessão em que for oferecida a denúncia, desde que sejam suficientes os elementos de prova fornecidos, de tal forma que fique evidente a prática do fato.
- II A orientação e a fiscalização, diretas e imediatas, serão realizadas por conselheiros, psicólogos devidamente credenciados ou fiscais contratados pelo CRP, os quais realizarão suas tarefas por intermédio de visitas de inspeção ou de outros métodos apropriados.
- III Os agentes de fiscalização e orientação serão identificados pelo CRP, devendo exibir sua documentação no ato.
- IV Para efeito de orientação e fiscalização, o CRP considerará qualquer comunicado ou notícia que chegue a seu conhecimento, independentemente das visitas de rotina.
- V Os fiscais que desempenham a função de orientação e fiscalização serão psicólogos contratados por seleção pública.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1. (B) 2. (C) 3. (D) 4. (E) 5.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Segundo o art. 13 da Lei n.º 4.119/1962, constitui função privativa do psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos:

- (A) diagnóstico psicológico; orientação e seleção profissional; orientação psicopedagógica; e solução de problemas de ajustamento.
- (B) avaliação psicológica; testes psicológicos; orientação profissional; consultoria; e assessoria.
- (C) orientação psicopedagógica; avaliação psicológica; recursos humanos; e avaliação de motoristas.
- (D) orientação e seleção profissional; orientação psicopedagógica; solução de problemas de ajustamento; e avaliação psicológica.
- (E) avaliação psicológica; testes psicológicos; orientação profissional; e colaboração em assuntos psicológicos ligados a outras ciências.

QUESTÃO 32

À luz da Lei n.º 5.766/1971, julgue os itens a seguir.

- I São atribuições dos Conselhos Regionais orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão em sua área de competência.
- II São atribuições dos Conselhos Regionais zelar pela observância do Código de Ética Profissional, impondo sanções pela sua violação, e funcionar como tribunal regional de ética profissional.
- III Incumbe aos Conselhos Regionais expedir resoluções e instruções necessárias ao bom funcionamento do Sistema Conselhos de Psicologia, inclusive no que tange ao procedimento eleitoral.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Nenhum item está certo.
- (B) Apenas os itens I e II estão certos.
- (C) Apenas os itens I e III estão certos.
- (D) Apenas os itens II e III estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 33

Com base no Decreto-Lei n.º 79.822/1977, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A Assembleia Geral de cada Conselho Regional será constituída dos psicólogos com inscrição principal no Conselho Regional e em pleno gozo dos seus direitos.
- (B) Não compete à Assembleia Geral do CRP propor ao CFP, anualmente, a tabela de anuidades, taxas, emolumentos e multas, bem como qualquer outra contribuição. Essa atribuição é restrita do CFP.
- (C) A Assembleia Geral do CRP pode destituir qualquer conselheiro por motivo de alta gravidade que atinja o decoro ou o bom nome da classe.
- (D) A Assembleia Geral do CRP pode reunir-se, extraordinariamente, por convocação do presidente do CRP ou a pedido justificado de pelo menos $\frac{1}{3}$ dos psicólogos inscritos originariamente no Conselho e em pleno gozo de seus direitos.
- (E) O pagamento da anuidade ao Conselho Regional funda a condição de legitimidade do exercício da profissão pelo psicólogo.

QUESTÃO 34

De acordo com a Lei n.º 6.839/1980, assinale a alternativa correta.

- (A) O registro de empresas legalmente habilitadas para atuação em psicologia é de atribuição do governo federal, estadual e municipal.
- (B) O registro de profissionais de psicologia que não possuem inscrição no CRP, como é o caso de muitos professores de psicologia, é de atribuição de entidades fiscalizadoras competentes do governo estadual.
- (C) O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.
- (D) O registro de empresas e profissionais, com o título de especialista, que estão legalmente habilitados para atuação em psicologia é de atribuição das entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões e dos governos estaduais e municipais.
- (E) A Lei n.º 6.839/1980 não possui relação direta com o registro de empresas e profissionais nas entidades fiscalizadoras do exercício de cada profissão.

QUESTÃO 35

Com base no art. 94 da Lei n.º 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), assinale a alternativa que apresenta uma das obrigações das entidades que desenvolvem programas de internação de adolescentes.

- (A) suspender direitos e garantias de que são titulares os adolescentes durante o período de internação
- (B) manter arquivo de anotações de que constem data e circunstâncias do atendimento, nome do adolescente, de seus pais ou responsável e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento
- (C) oferecer atendimento despersonalizado em grandes unidades e grupos ampliados
- (D) dar publicidade da identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente
- (E) limitar qualquer direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação

QUESTÃO 36

Conforme a Lei n.º 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), as ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência **não** devem assegurar

- (A) o diagnóstico e a intervenção precoces, realizados por equipe multidisciplinar.
- (B) os serviços de habilitação e de reabilitação, sempre que necessários, para qualquer tipo de deficiência, inclusive para a manutenção da melhor condição de saúde e qualidade de vida.
- (C) o atendimento psicológico, inclusive para seus familiares e atendentes pessoais.
- (D) a atenção sexual e reprodutiva, incluindo o direito à fertilização assistida, exceto se a deficiência for transmissível geneticamente aos descendentes.
- (E) a promoção de estratégias de capacitação permanente das equipes que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS), em todos os níveis de atenção, no atendimento à pessoa com deficiência, bem como a orientação a seus atendentes pessoais.

QUESTÃO 37

De acordo com a Lei n.º 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos, por dano ou sofrimento psicológico, serão notificados compulsoriamente pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles a alguns órgãos, **não** consistindo em um deles o(a)

- (A) autoridade policial.
- (B) Ministério Público.
- (C) Conselho Municipal do Idoso.
- (D) Conselho Estadual do Idoso.
- (E) CFP.

QUESTÃO 38

A Lei n.º 10.216/2001, que trata da proteção e dos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, redireciona o modelo assistencial em saúde mental e dispõe, em seu art. 4.º, que a internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes. Considerando essa informação, julgue os seguintes itens.

- I O tratamento visará, como finalidade momentânea, à reinserção social do paciente em seu meio.
- II O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer e outros.
- III O tratamento visará, como finalidade permanente, à reinserção social do paciente em seu meio.
- IV É permitida a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares e que não assegurem aos pacientes os direitos enumerados na Lei.
- V É vedada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares e que não assegurem aos pacientes os direitos enumerados na Lei.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o item II está certo.
- (B) Apenas os itens I e II estão certos.
- (C) Apenas os itens II e III estão certos.
- (D) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- (E) Apenas os itens II, III e V estão certos.

QUESTÃO 39

Considerem-se as seguintes definições.

- I É um documento que visa informar a ocorrência de fatos ou situações objetivas relacionadas ao atendimento psicológico, com a finalidade de declarar: comparecimentos do atendido e(ou) do seu acompanhante, quando necessário; acompanhamento psicológico do atendido; e informações sobre as condições do atendimento (tempo de acompanhamento, dias ou horários).
- II É um documento expedido pelo psicólogo que certifica uma determinada situação ou estado psicológico, tendo como finalidade afirmar sobre as condições psicológicas de quem, por requerimento, o solicita, com fins de: justificar faltas e(ou) impedimentos do solicitante; justificar estar apto ou não para atividades específicas, após realização de um processo de avaliação psicológica, dentro do rigor técnico e ético que subscreve esta Resolução; solicitar o afastamento, ou dispensa, do solicitante, subsidiado na afirmação atestada do fato, em acordo com o disposto na Resolução CFP n.º 15/1996.
- III É um documento fundamentado e resumido sobre uma questão focal do campo psicológico cujo resultado pode ser indicativo ou conclusivo. Tem como finalidade apresentar resposta esclarecedora, no campo do conhecimento psicológico, por meio de uma avaliação especializada, de uma “questão-problema”, visando dirimir dúvidas que estão interferindo na decisão e sendo, portanto, uma resposta a uma consulta, que exige de quem responde competência no assunto.

De acordo com a Resolução CFP n.º 7/2013, as definições acima correspondem, respectivamente,

- (A) à declaração, ao atestado psicológico e ao parecer psicológico.
- (B) à declaração, ao atestado psicológico e ao relatório psicológico.
- (C) à declaração, ao atestado psicológico e ao laudo psicológico.
- (D) ao atestado psicológico, ao parecer psicológico e à declaração.
- (E) ao relatório psicológico, ao atestado psicológico e ao parecer psicológico.

QUESTÃO 40

De acordo com a Resolução CFP n.º 7/2003, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A declaração e o parecer psicológico não são documentos decorrentes da avaliação psicológica, embora muitas vezes apareçam dessa forma.
- (B) A linguagem nos documentos deve ser precisa, clara, inteligível e concisa, ou seja, deve se restringir pontualmente às informações que se fizerem necessárias, recusando-se qualquer tipo de consideração que não tenha relação com a finalidade do documento específico.
- (C) As laudas devem ser rubricadas, desde a primeira até a penúltima, considerando-se que a última estará assinada em toda e qualquer modalidade de documento.
- (D) O processo de avaliação psicológica deve considerar que os objetos deste procedimento (as questões de ordem psicológica) são a-históricos e individuais, sem influência econômica ou política, uma vez que não são estes os elementos constitutivos no processo de subjetivação.
- (E) Os psicólogos, ao produzirem documentos escritos, devem se basear exclusivamente nos instrumentais técnicos (entrevistas, testes, observações, dinâmicas de grupo, escuta, intervenções verbais) que se configuram como métodos e técnicas psicológicas para a coleta de dados, estudos e interpretações de informações a respeito da pessoa ou do grupo atendido, bem como sobre outros materiais e grupos atendidos e sobre outros materiais e documentos produzidos anteriormente e pertinentes à matéria em questão.

QUESTÃO 41

Considerando a importância de orientar os órgãos públicos e as demais pessoas jurídicas a respeito das informações relacionadas à avaliação psicológica, que devem constar nos editais de concurso público para assegurar a preservação dos procedimentos, a qualidade da avaliação psicológica e os direitos dos candidatos, e tendo em vista a Resolução CFP n.º 2/2016, assinale a alternativa correta.

- (A) Caso opte pelo uso de testes psicológicos, o psicólogo poderá utilizar qualquer teste na lista do SATEPSI/CFP.
- (B) O psicólogo deve proceder à análise conjunta dos instrumentos psicológicos de forma dinâmica, evitando relacioná-los à profissiografia do cargo para evitar indução na interpretação dos resultados.
- (C) O psicólogo deverá declarar-se impedido de avaliar candidatos com os quais tenha relação que possa afetar a qualidade do trabalho a ser realizado ou os resultados da avaliação.
- (D) Será facultado ao candidato e à empresa contratante conhecer os resultados da avaliação por meio de entrevista devolutiva.
- (E) Na elaboração do edital, é facultativa a participação de profissional psicólogo para a definição dos construtos (dimensões psicológicas) envolvidos no processo de avaliação.

QUESTÃO 42

Nos termos da Resolução CFP n.º 10/2017, que institui a Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Os psicólogos agentes de orientação e fiscalização portarão identificação fornecida pelos Conselhos Regionais de Psicologia, que será exibida no ato da orientação e da fiscalização, quando solicitada.
- (B) Os psicólogos agentes de orientação e fiscalização deverão verificar se a responsabilidade e o exercício da psicologia, mantidos ou prestados por empresas ou instituições de direito público ou privado, estão a cargo de psicólogo regularmente inscrito no CRP.
- (C) Os psicólogos agentes de orientação e fiscalização deverão apresentar, à Comissão de Orientação e Fiscalização, periodicamente, os documentos pertinentes ao exercício de suas funções.
- (D) Aos psicólogos agentes de orientação e fiscalização compete contribuir com o Plenário, fornecendo subsídios para o esclarecimento de questões sobre o exercício profissional, inclusive colaborando para a produção de documentos sobre aquelas de maior demanda, participando de reunião com a categoria e(ou) com representantes setoriais, elaborando textos informativos ou executando outras tarefas solicitadas pelo Plenário e(ou) pela Diretoria.
- (E) A Comissão de Orientação e Fiscalização dos Conselhos Regionais de Psicologia será constituída por, no mínimo, três psicólogos indicados pelo Plenário e presidida por um conselheiro efetivo, sendo proibida a participação de conselheiros suplentes ou de psicólogos convidados.

QUESTÃO 43

Conforme as diretrizes estabelecidas pela Resolução n.º 1/2009 do CFP, que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos, assinale a alternativa correta.

- (A) O registro deve ser realizado em prontuários específicos para cada profissional da equipe em caso de equipes multiprofissionais.
- (B) Fica garantido ao usuário ou representante legal o acesso integral às informações registradas pelo psicólogo em seu prontuário.
- (C) Em caso de atendimento em grupo não eventual, o psicólogo ficará desonerado de manter a documentação individual referente a cada usuário.
- (D) A guarda dos registros dos atendimentos psicológicos deverá ser de, no mínimo, 24 meses.
- (E) O registro documental deverá ser mantido em local que garanta sigilo e privacidade e não poderá ser utilizado como meio de prova para instruir processos disciplinares pelos Conselhos de Psicologia.

QUESTÃO 44

A universalidade dos Direitos Humanos expressa-se por meio de Declarações, Tratados Internacionais, normas legais e regulamentos profissionais. Sendo assim, observe os conteúdos dos três documentos relacionados a seguir.

- I Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, afirma-se que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade humana.
- II Na Declaração de Durban de 2001, reafirma-se o princípio de igualdade e de não discriminação.
- III O art. VI do Código de Ética Profissional do Psicólogo determina que o psicólogo colaborará na criação de condições que visem eliminar a opressão e a marginalização do ser humano.

Os documentos acima compõem os “Considerandos” da Resolução CFP n.º

- (A) 1/1999.
- (B) 18/2002.
- (C) 2/2003.
- (D) 2/2009.
- (E) 11/2012.

QUESTÃO 45

Em outubro de 1992, o CFP apresentou ao Ministério do Trabalho sua contribuição para integrar o Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO). De acordo com o CBO, os psicólogos estudam a estrutura psíquica e os mecanismos de comportamento dos seres humanos, desempenham tarefas relacionadas a problemas de pessoal, como processos de recrutamento, seleção, orientação profissional e outros similares, à problemática educacional e a estudos clínicos individuais e coletivos e suas funções consistem em: elaborar e aplicar métodos e técnicas de pesquisa das características psicológicas dos indivíduos; organizar e aplicar métodos e técnicas de recrutamento, seleção e orientação profissional; proceder à aferição desses processos para controle de sua validade; realizar estudos e aplicações práticas no campo da educação (creches e escolas); realizar trabalhos em clínicas psicológicas, hospitalares, ambulatoriais, postos de saúde, núcleos e centros de atenção psicossocial; realizar trabalhos nos casos de famílias, crianças e adolescentes, sistemas penitenciários, associações esportivas, comunidades e núcleos rurais. Nessa perspectiva, estão previstos, desde 1992, no CBO, além das categorias psicólogo em geral e outros psicólogos, as seguintes categorias:

- (A) psicólogo do trabalho; psicólogo educacional; psicólogo clínico; psicólogo de trânsito; psicólogo do esporte; psicólogo das emergências e dos desastres; e psicólogo social.
- (B) psicólogo do trabalho; psicólogo das emergências e dos desastres; psicólogo educacional; psicólogo clínico; psicólogo de trânsito; psicólogo jurídico; psicólogo do esporte; e psicólogo social.
- (C) psicólogo do trabalho; psicopedagogo; psicólogo educacional; psicólogo clínico; psicólogo de trânsito; psicólogo do esporte; e psicólogo social.
- (D) psicólogo do trabalho; psicopedagogo; psicólogo educacional; psicólogo clínico; psicólogo de trânsito; psicólogo do esporte; psicólogo social; e psicólogo da saúde.
- (E) psicólogo do trabalho; psicólogo educacional; psicólogo clínico; psicólogo de trânsito; psicólogo jurídico; psicólogo do esporte; e psicólogo social.

QUESTÃO 46

Segundo a Resolução CFP n.º 1/1999, que dispõe sobre as normas de atuação para os profissionais de psicologia em relação à questão da orientação sexual, caso o psicólogo fiscal receba uma reportagem de jornal, com entrevista concedida de profissional de psicologia acerca das diversas orientações sexuais, cabe ao fiscal observar se o profissional de psicologia

- (A) respeitou a forma como cada um vive sua sexualidade, informando que esta faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida em sua totalidade.
- (B) informou eticamente e tecnicamente acerca das práticas sexuais não heteronormativas.
- (C) manteve uma postura laica acerca das diversas orientações sexuais, orientando homossexuais para tratamentos não solicitados.
- (D) exerceu qualquer ação que favoreceu a despatologização de comportamentos ou práticas homoafetivas.
- (E) reforçou os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica.

QUESTÃO 47

A Resolução MS/CNS n.º 466/2012 visa assegurar direitos e deveres que dizem respeito aos participantes de pesquisa científica, à comunidade acadêmica e ao Estado. Considerando essa informação, assinale a alternativa que **não** apresenta objetivos precípuos da Resolução.

- (A) garantir a informação objetiva sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa lhes acarretar, na medida de sua compreensão e respeitada em suas singularidades
- (B) questionar os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos e os hábitos e costumes, de forma a manter a objetividade necessária para se envolver nas comunidades pesquisadas
- (C) buscar o prevailecimento dos benefícios esperados sobre os riscos e(ou) desconfortos previsíveis
- (D) utilizar os métodos adequados para responder às questões estudadas, especificando-os, seja a pesquisa qualitativa, quantitativa ou quali-quantitativa
- (E) prever procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e(ou) das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e(ou) de aspectos econômico-financeiros

QUESTÃO 48

Considerando que a psicologia tem o desafio de garantir à população trans o respeito à dignidade e o acesso aos serviços públicos de saúde, que a transexualidade e a travestilidade não constituem condição psicopatológica, ainda que não reproduzam a concepção normativa de que deve haver uma coincidência entre o sexo biológico, o gênero e o desejo sexual, julgue os próximos itens.

- I Representa a Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans do CFP o termo de consentimento informado, que deve ser um instrumento de esclarecimento ao usuário no serviço público ou privado. A assinatura do termo pelo usuário exime o profissional da responsabilidade em relação à sua prática.
- II Representa a Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans do CFP o fato de o objetivo da assistência psicológica ser o acolhimento e o apoio a partir da compreensão de que as vivências trans são práticas identitárias coletivas que não necessitam de um projeto terapêutico.
- III Representa a Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans do CFP o fato de o acompanhamento psicológico ser restrito aos profissionais que atuam nos centros de referência específicos.
- IV Representa a Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans do CFP o fato de o trabalho do psicólogo estar condicionado, restrito ou centralizado no procedimento cirúrgico de transgenitalização e nas demais intervenções somáticas, aparentes ou não, conforme determinação da Portaria MS n.º 1.707/2008.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 0.
- (B) 1.
- (C) 2.
- (D) 3.
- (E) 4.

QUESTÃO 49

Em relação à Resolução n.º 9/2018 do CFP, que dispõe sobre a realização de avaliação psicológica no exercício profissional do psicólogo e regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI), assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) É facultativo aos Conselhos Regionais de Psicologia manter cadastro atualizado de pessoas físicas e jurídicas que, em sua jurisdição, comercializem testes psicológicos, uma vez que tal atribuição cabe às editoras.
- (B) Na comercialização de testes psicológicos, as editoras manterão procedimento de controle, no qual deverá constar o nome do psicólogo que os adquiriu, seu número de inscrição no CRP e o(s) número(s) de série dos testes adquiridos.
- (C) Em caso de irregularidade nos testes psicológicos, é atribuição dos Conselhos Regionais de Psicologia a notificação do psicólogo a respeito, dando prazo para a regularização.
- (D) Cabe aos Conselhos Regionais de Psicologia a representação contra profissional ou pessoa jurídica por falta disciplinar.
- (E) Os Conselhos Regionais de Psicologia deverão dar conhecimento às autoridades competentes de possíveis irregularidades no uso ou na comercialização dos testes psicológicos considerados como favoráveis pelo CFP.

QUESTÃO 50

À luz da Portaria n.º 1.271/2014 do Ministério da Saúde, que define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) A notificação compulsória é obrigatória somente para os médicos, sendo opcional para outros profissionais de saúde ou responsáveis pelos serviços públicos e privados de saúde.
- (B) A notificação compulsória será realizada apenas diante da confirmação de doença ou agravo, observando-se, também, as normas técnicas estabelecidas pela SVS/MS.
- (C) A comunicação de doença, agravo ou evento de saúde pública de notificação compulsória à autoridade de saúde pode ser realizada por qualquer cidadão que deles tenha conhecimento.
- (D) A notificação compulsória imediata deve ser realizada pelo profissional de saúde ou responsável pelo serviço assistencial que prestar o primeiro atendimento ao paciente, em até 48 horas desse atendimento, pelo meio mais rápido disponível.
- (E) A autoridade de saúde que receber a notificação compulsória imediata deverá informá-la, no máximo, em doze horas desse recebimento, às esferas da segurança pública para conhecimento e medidas cabíveis.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Levando em consideração o papel do conselho de classe de orientar, normatizar e fiscalizar a profissão, visando a uma prática profissional fundamentada nos métodos e nas técnicas da psicologia, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

**Papel do técnico de orientação e
fiscalização no apoio à gestão de um CRP**

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) realização do trabalho em casos de relações raciais;
- b) realização do trabalho em casos de diversidade sexual; e
- c) realização do trabalho em casos de laicidade.

RASCUNHO PARA A PROVA DISCURSIVA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO